

A AUSENCIA DO NEGRO E DA TEMÁTICA “ESCRAVIDÃO” NA LITERATURA SOBRE A VELHA CANUDOS

1 Dulcilene Ribeiro Soares Nascimento

2 Oswaldo Dantas Lima Júnior

RESUMO

Este artigo reflete os motivos da ausência dos negros escravos enquanto categoria étnica na literatura acerca da região de Canudos, desde seu povoamento, até sua queda. Amparado basicamente em depoimentos de filhos e netos dos contemporâneos à Guerra, tendo em vista principalmente a dificuldade em obter documentação pertinente ao tema o que caracteriza historicamente e parcialmente os motivos para essa suposta ausência literária que nada mais retrata que o ponto de vista racista presente à época. Esse texto, não possui maiores rigores metodológicos e baseou-se nos pressupostos da História Oral, porém buscou fidelidade aos depoimentos recolhidos de maneira deveras informal, baseando-se, porém, em autores que remontam à época e críticos atuais das demandas étnicas e raciais no Brasil.

Palavras-Chave: Negro, Canudos, Guerra, Literatura, Raça

ABSTRACT

This article reflects the reasons of the absence of the enslaved blacks while ethnic category in literature concerning the region of Canudos, since its pavement, until its fall. Basically supported in depositions of children and grandsons of the contemporaries to the War, in view of mainly the difficulty in getting pertinent documentation to the subject what it partially characterizes historically and the reasons for this supposed literary absence that nothing more portrays that the present racist point of view to the time. This text, does not possess greater methodological severities and was based on the estimated ones of Verbal History, however it searched allegiance to the collected depositions in indeed informal way, being based, however, in authors who retrace to the time and current critics of the ethnic and racial demands in Brazil.

Word-Key: Blacks, Canudos, War, Literature, Race

1 Dulcilene Ribeiro Soares Nascimento é PHD e Doutora em História, Mestre em Ciência Política, Cidadania e Governação, Mestre em Educação, Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa com extensão em Educação e Licenciada em História.

2 Oswaldo Dantas Lima Júnior é bacharel em Direito, Graduando em História e Pós-Graduando em História Publica pela Universidade Católica do Salvador.

1 INTRODUÇÃO

A **Guerra de Canudos** foi o confronto ocorrido entre um movimento popular de fundo sócio-religioso e o Exército da República, que durou de 1893 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. Sem dúvida foi um movimento que refletia a extrema miséria em que viviam as populações marginalizadas do Sertão Nordestino. Fruto de vários fatores entre eles a crise econômica no nordeste brasileiro, agravada pela seca cíclica e os latifúndios improdutivos, o movimento é agravado pelo de desemprego na região, em um Brasil que ainda se acostumava com o pós escravidão; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. Nesse contexto, os elementos foram extremamente favoráveis para o surgimento de chamado movimento messiânico que junto aos ocorridos no sul do país (Muckers e Contestado) se notabilizaram pela participação popular guiadas pelo elemento que historicamente mais congrega e que mais divide os indivíduos: a fé. Para além das discussões acerca da fé monoteísta que incentivaram e propagaram esses movimentos, uma discussão específica aqui se levanta, em meio à participação popular do movimento de Canudos, relatos e mais relatos destacam a presença do trabalhador rural, do sertanejo, enfim do nativo da região, porém em momento algum da literatura e mais especificamente no próprio diário da guerra Os Sertões, de Euclides da Cunha, se vislumbra a figura do negro recém alforriado, ou mesmo qualquer menção à escravidão no contexto. Esse fato chama a atenção porque na recente República, o fato ainda desagradável da libertação dos escravos era um motivo a mais de fortalecimento do ideário monárquico que se matinha em algumas localidades e que motivavam ainda alguns desses movimentos. Alguns autores, mais especificamente Gilberto Freyre em suas obras *Ordem e Progresso* (1970) e *Casa Grande e Senzala* (1933), notam essa ausência na literatura da guerra e que certamente não corresponde à realidade do sertão nordestino amplamente povoado pela negra e mestiça. Buscando elucidar essa interrogação, esse artigo vislumbra pesquisar os motivos dessa lacuna, que tanto pode representar uma negativa à presença e importância do negro no processo em questão, tanto quanto uma tentativa racista de olvidar da obra literária tal questão.

Uma certeza de antemão é que, impossível no contexto humano, geográfico e político da época a ausência de escravos e ex-escravos ou mesmo da população negra e mestiça do processo que levou ao epicentro daquela que foi sem dúvida a rebelião mais importante ocorrida

na Bahia. Alguns autores como José Calasans e o próprio Euclides da Cunha serão de extrema importância para a investigação da problemática, que terá limitações tendo em vista a escassa literatura e referências sobre a temática, deixando as deduções por conta do pesquisador em questão. Para fins de análise serão trazidos alguns recortes e referências de Euclides da Cunha e as discussões de Calasans e Freyre acerca dessas. Tendo em vista a dificuldade em encontrar documentação da referida época, buscou-se o tratamento das fontes orais, e embasá-los com a teoria vigente à época. A tradição oral foi definida quanto a sua natureza como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar etc.

Uma definição um pouco arbitrária de um testemunho poderia, portanto, ser: todas as declarações feitas por uma pessoa sobre uma mesma sequência de acontecimentos passados, contanto que a pessoa não tenha adquirido novas informações entre as diversas, portanto torna-se importante pesquisar na área histórico social para preencher lacunas existentes na história da população canudense no que se refere a mitificação e personalização da cidade através da figura de Antônio Conselheiro, para que resgatem memórias sobre sua trajetória pessoal e políticas, a fim de desmistificar controvérsias contidas na história contada e sobretudo para que os canudenses tenham posse de sua identidade independente de um mito ou de um herói.

2 O NEGRO, A ESCRAVIDÃO E OS SERTÕES

Presumidamente a chegada das primeiras levas de escravos vindos da África ocorre por volta de 1549, quando o primeiro contingente é desembarca em São Vicente. Essa seria a data oficial pois para alguns historiadores essa data remonta a 1511 quando a nau Bretoa, para aqui enviada por Fernando de Noronha, já se encontravam negros no seu bordo. D. João III concedeu autorização a fim de que cada colono importasse até 120 africanos para as suas propriedades o que não agradou aos mesmos que queriam ainda mais, afinal a quantidade de escravos equivalia ao que hoje equivale a quantidade de bois no pasto. O crescimento da economia colonial

intensificou o tráfico de africanos para o Brasil, especialmente para o Nordeste, onde um tipo de agroindústria se concentrou e floresceu com o cultivo da cana-de-açúcar.

Em 1586, na Colônia, as estimativas davam uma população de cerca de 57.000 habitantes – e deste total 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros. Em 1798, segundo o cálculo de Santa Apolônia, para uma população de 3.250.000 habitantes, havia um total de 1.582.000 escravos, dos quais 221.000 pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os negros libertos, que ascendiam a 406.000. (MOURA,1992).

Com a incessante chegada de africanos o peso demográfico aumentava no total da população brasileira. Provenientes de diversas nações, sua procedência não foi devidamente documentada tendo em vista a mentalidade colonialista que não enxergava o negro como ser humano. Mas se sabe que a historiografia tradicional tratou de dividi-los em dois grandes grupos: os bantos (ou bantus), da África equatorial e tropical, da região do golfo da Guiné, Congo e Angola, planaltos da África oriental e costa sul-oriental; e os sudaneses, predominantes na África ocidental, Sudão egípcio e na costa setentrional do golfo da Guiné. Segundo as estimativas da época entre 1817-1818 havia para um total de 3.817.000 habitantes, a cifra de 1.930.000 escravos, dos quais 202.000 pardos e 1.361.000 negros. Havia, também, uma população de negros e pardos livres que chegava a 585.000. No século XVIII, o qual, segundo o historiador Pandiá Calógeras (1922), foi o de maior importação de africanos, a média teria chegado a 55.000, entrados anualmente. Esse contingente era em maior parte desembarcado e concentrado no nordeste e especialmente na Bahia, espalhando-se principalmente nas regiões do recôncavo e sul e sertão. (MOURA,1992). Em virtude da falta de estatísticas corretas os números do tráfico são hipotéticos e principalmente porque muitos historiadores procuram minimizar a questão da raça e procuram branquear a população. a discussão acerca da temática se dá muito em função das recentes discussões da realidade étnica brasileira que visa significar a participação de outras etnias e principalmente o negro para a formação do homem brasileiro. Em relação a entrada dos negros no sertão da Bahia e principalmente da região de Canudos, objeto de nosso estudo, somadas às dificuldades já relatadas, são escassos os documentos e fontes que atestem essa presença.

Em visita ao Museu Histórico da Bahia, Biblioteca e Arquivo da cidade do Salvador, as esperanças de fazer esse levantamento foram vão. Para tanta busca-se aqui através da história oral relatar de antigos moradores que ouviram de sua ancestralidade relatos da presença do escravo na região e conseqüentemente da presença do ex-escravo no Canudos pós-guerra.

Alguns trechos desses depoimentos colhidos atualmente serão transcritos e somados a eles. Trechos do filme “Paixão e Guerra no Sertão de Canudos” de autoria de Antônio Olavo, que além de depoimentos de moradores antigos da terra natal de Antonio Conselheiro traz depoimentos de historiadores da guerra.

3 DEPOIMENTOS DOS ANTIGOS MORADORES

Depoimento I

Sei que havia escravos no Caimbé, no Riacho D’água e no Acaru. Contaram-me que quando arrumavam as malas da mãe de Mariazinha (ela me contou) que encontraram as escrituras de escravos, mas as queimaram. Infelizmente não posso ser mais útil... (Coronel Rozendo Ferreira)

Depoimento II

Sei que havia escravos. Tanto que ainda alcançamos alguns descendentes tipo mãe preta que morava com Zé Lima. Entretanto, infelizmente, não posso lhe dar esse detalhamento. Talvez o nosso historiador Dionísio possa lhe ajudar. Abraço, Gerson.

Depoimento III

Sobre os escravos só sei falar que meu bisavô da parte de minha mãe tinha, por sinal a Bibi que era casado com minha tia era bisnetas deles. Era lá no Riacho D’água, só que sei dizer as escrituras nós queimamos não sabíamos que teria tanto valor. Quando teve a lei Áurea nenhum saiu por que disseram que eram bem tratados, aí ficaram, mas ainda restam uns sem rumo por aqui.

Depoimento IV

Olha querido, da tradição oral muito ouvi de alguns dos meus antepassados, entre eles minha avó materna, Felomena Benevides de Azevedo, do Acaru, neta de João Dias de Andrade, que

era o dono daquela fazenda, cujos descendentes mais famosos são os Cordeiros de Monte Santo. Ele tinha muitos escravos e minha avó citava seus nomes e histórias referentes aos mesmos, inclusive o da Anastácia. Ele possuiu um escravo que foi morto a seu mando, por ter se envolvido em amores com uma filha do mesmo. Um sobrinho meu de nome Vítor copiou na Internet esse caso e me deu todo o relato com os nomes dos envolvidos. No Cumbe, houve muitos escravos no Caimbé, onde viviam os mais poderosos. Uma das suas escravas fugitiva se instalou na Serra da Mãe Inácia, daí o seu nome ao lugar. No Carrancudo, fazenda do Cap José Higino, da Guarda Nacional, havia alguns escravos, cujos nomes eram Francisco, José, conhecido por todos como Zé Paraguay, por ter retornado da guerra. Após a abolição foram viver no Quaty, Formiga e adjacências, originando descendentes negros ainda existentes em nossa região naqueles lugarejos. Era muito conhecido por todos do Cumbe o Zé Paraguay Muitos não retornaram. Certa vez, na paróquia de Monte Santo, eu vi num livro lá existente, os registros dos nomes dos escravos de todas as fazendas dali. (Adalgisa Aras)

Depoimento V

Que tema palpitante para você se expandir com a sua oratória brilhante. Gostei demais de sua explanação sobre o desejo de conhecer aquela história que nosso país viveu de vergonha e maltrato da população negra que vinha nos porões dos navios negreiros como cães famintos e miseráveis. Aqui ao seu dispor para o que você quiser e ordenar, sua parenta que muito lhe ama de coração, com carinho e desejos de seu pleno êxito. (Tia Ni).

3.1 Documentário Paixão e Guerra no sertão de Canudos (Antonio Olavo)

Conselheiro era um abolicionista e pregava contra a escravidão nos seus sermões, segundo José Calasans (1915-2001), esse fato arregimentava escravos para o Belo Monte que ouviam seus sermões durante a noite fugidos de suas fazendas para retornarem no meio da madrugada para as mesmas. Em outro trecho do documentário relativo a abolição, fala sobre a fatura da velha Canudos, trata que entre a população de Canudos estava a presença de negros ex-escravos que depois da abolição seguiram o Conselheiro, índios Caimbé, Kiriri e Cuchá. Tornaram-se com o Conselheiro uma comunidade que se acordo com Sergio Guerra foi uma grande experiência socialista.

Diante do exposto acima fica claro que além da presença de escravos na região, apesar de não muito comentados pela literatura da guerra, havia sim a presença de ex-escravos na comunidade de Canudos. Atualmente não fica muito difícil elucidar essa suposta ausência e foi dito nos depoimentos relacionados à queima desses documentos. Ainda que não intencionalmente à época existe todo um simbolismo em apagar os resquícios da escravidão, seja pelo ponto de vista humanitário, quanto pela tentativa de apagar o negro paulatinamente enquanto grupo étnico.

De acordo com Santos (2009) Já no fim do século XIX e início do século XX, a população negra ia de fato se extinguindo, e também se extinguia com ela a consciência de pertencimento a uma classe ou grupo social que deveria lutar por direitos e condições igualitárias de vida. Alimentado pela “imprensa branca, o padrão de beleza europeu, e toda a ideia de branquitude como “raça” superior era propagado na sociedade, por vezes de maneira sutil e sublimar, por vezes explícita e direta. Assim, o modelo ideal que era representado pelo ser branco, atuou nas mais diversas esferas do comportamento do negro brasileiro passando por hábitos, tradições, costumes, e pela estética.

Influenciada pelas teorias racialistas do século XIX, o ideal de superioridade da raça branca e inferioridade do negro e do índio se disseminava na sociedade brasileira, levando a acreditar que no Brasil nunca houvera barreiras raciais afinal era um país miscigenado e o negro assim se desintegrou histórica e racialmente.

Desta maneira, se devia à própria incapacidade do indivíduo negro a sua imobilidade social (SANTOS, 2009). Assim, o termo “democracia racial” atribuído a Gilberto Freyre representa uma leitura da realidade brasileira que visava provar, para o Brasil e para o mundo, que a escravidão no Brasil foi mais branda e que vivíamos num “paraíso racial”, em que as “raças” conviviam harmoniosamente com iguais oportunidades de ascensão social, econômica e política. (SANTOS, 2009).

Em se tratando do principal autor da Guerra, Euclides da Cunha, supõe-se que ele acreditava que a raça é uma unidade que se produz a partir de fatores intelectuais (língua, religião, costumes, direito, civilização etc.) antes de ser cimentada pela “unidade de sangue”. Assim, acreditava, antes, na transformação por obra da adaptação e, neste sentido, apostava na primazia do meio sobre qualquer outra determinação é o traço fundamental do evolucionismo.

Porém o fato de Euclides da Cunha, posicionar-se abertamente contrário à miscigenação, o era por achar que ela já havia cumprido o seu papel, produzindo uma “raça brasileira” nova (sertaneja) que era necessário apenas “estabilizar”, protegendo-a por um tempo do contacto com raças estrangeiras. Seu argumento era antiimperialista, visto que temia o expansionismo alemão. Desse modo, cada um à sua maneira, tomava a miscigenação como uma questão diferente; mas, para todos, brancos e negros “evoluiriam” através da adaptação ao novo território. (DÓRIA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se o motivo da ausência do negro enquanto categoria étnica na maior parte das narrativas acerca da Guerra de Canudos, ou sua história anterior ou posterior a essa tem fundamentos na própria política racista da época. O país inteiro vivia o dilema do discurso humanitário de alguns poucos que buscavam equiparar as raças, contra o discurso que inferiorizava o negro. Melhor e politicamente correto seria exilá-lo da história e diminuindo seu papel tanto na comunidade de Belo Monte, quanto na guerra.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. S. Paulo, 2. ed., Ática, 2000.

_____. **Diário de uma Expedição**. GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DÓRIA, CARLOS ALBERTO. **A complexidade do racismo brasileiro**. Disponível em <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2933,1.shl>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil**. 2011. Disponível em: https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf

MOURA. Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. Editora Ática S.A., 1992 São Paulo:

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. José Calasans e **Canudos: a história reconstruída**. Salvador: EDUFBA, 2008.

OLAVO, Antonio. **Paixão e Guerra no Sertão de Canudos** . Documentário. 1993.

ORNELLAS, Maria de Lourdes. Dialogando com a representação social e seus parentes mais e menos afins. In:_____. Imagem do outro (e) ou imagem de si? Bello Monte vista por adolescentes de Canudos. Salvador – Bahia. 2001. Cap. I. p. 33-47.

SANTOS, Natália Nêris da Silva. **Ideologia do branqueamento, ideologia da democracia racial e as políticas públicas direcionadas ao negro brasileiro**. Revista Urutágua, nº19, set./out./nov./dez. 2009 – quadrimestral, Maringá (PR) – ISSN 1519-6178. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/6400>

VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.